Judiciário não está preparado para crimes virtuais, opina ministro

Os crimes cometidos no mundo virtual apresentam um novo desafio ao Poder Judiciário, pois o combate a eles demanda forte investimento em conhecimento e tecnologia. E a Justiça brasileira, ao menos por enquanto, não está preparada para esse desafio.

Sergio Amaral



Sergio Amaral Obrigação de acompanhar criminosos virtuais também é do Legislativo, segundo o ministro do STJ Sebastião Reis

O autor dessa reflexão é **Sebastião Reis Júnior**, ministro do Superior Tribunal de Justiça, que esteve em Portugal para participar do <u>X Fórum Jurídico de Lisboa</u>, organizado pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Segundo o magistrado, nos próximos anos o Judiciário brasileiro terá a obrigação de se aparelhar para lutar adequadamente contra os delitos digitais.

"Estamos em um momento muito diferente, com uma nova criminalidade digital. Existe a apropriação de imagens, a apropriação de dados, sem falar no problema das criptomoedas, que têm sido muito utilizadas na lavagem de dinheiro", opinou o ministro. "É uma realidade para a qual o Judiciário ainda não está preparado. Ele vai ter de se adaptar, criar mecanismos de enfrentamento e se aparelhar não só de forma material, mas também de forma técnica".

Em entrevista à **TV ConJur**, o ministro disse que a obrigação de acompanhar o passo dos criminosos virtuais não é só do Judiciário, mas também dos legisladores, que precisam de agilidade para criar leis que sejam adequadas aos novos tempos, da advocacia, do Ministério Público e da polícia.

O X Fórum Jurídico de Lisboa contou com o apoio da FGV Conhecimento, do Instituto Brasileiro da Insolvência (Ibajud), do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) e do escritório Décio Freire Advogados.

Clique aqui para assistir à entrevista ou veja abaixo:

Date Created 30/06/2022